

## **Violência contra as mulheres em tempos de pandemia da Covid-19 em um município paranaense**

### **Violence against women in times of a Covid-19 pandemic in a municipality in Paraná**

DOI:10.34117/bjdv8n12-222

Recebimento dos originais: 14/11/2022

Aceitação para publicação: 20/12/2022

#### **Eduarda Navroski Losso**

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Endereço: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, N° 838, CEP: 85040-167

E-mail: eduardanavroski@gmail.com

#### **Maria Lucia Raimondo**

Doutora em Enfermagem no Programa de Pós-graduação em Enfermagem pelo  
Universidade Federal do Paraná

Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Endereço: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, N° 838, CEP: 85040-167

E-mail: mraimondo@unicentro.br

#### **Mirella Moraes Oliveira**

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Endereço: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, N° 838, CEP: 85040-167

E-mail: mirellamoraes256@gmail.com

#### **Alexandra Bittencourt Madureira**

Doutora em Enfermagem no Programa de Pós-graduação em Enfermagem pela  
Universidade Federal do Paraná

Instituição: Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)

Endereço: Alameda Élio Antonio Dalla Vecchia, N° 838, CEP: 85040-167

E-mail: amadureira@unicentro.br

#### **Thatiany Camargo Lins Tonatto**

Pós-Graduação em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Pós-Graduação em Saúde Mental pela  
Centro Universitário Uniguairacá

Instituição: Ambulatório de Especialidades Médicas (AME)

Endereço: R. Profa Leonídia, 1203, Centro, Guarapuava - PR, CEP: 85010-230

E-mail: tclt.psi@gmail.com

**Leticia Dmyterko**

Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Centro Oeste  
Instituição: Hospital Nossa Senhora do Pilar  
Endereço: Av Desembargador Hugo Simas, 322, Bom Retiro, Curitiba,  
CEP: 80520-250  
E-mail: leticiadmyterko9807@gmail.com

**RESUMO**

Trata-se de pesquisa quantitativa, realizada com dados de 526 mulheres, objetivando objetivo conhecer o perfil de mulheres vítimas de violência doméstica e dos atendidas em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), de um município da região central do estado do Paraná, durante o primeiro ano da pandemia pela Covid-19. Os dados foram coletados no período julho a agosto de 2021, junto ao banco de dados local, por meio de um instrumento estruturado. A análise ocorreu pela estatística descritiva. Os resultados evidenciaram que as mulheres jovens foram mais presentes, sendo que 27,19% entre 18 a 29 anos e 24,33% entre 30 a 39 anos. 39,35% eram brancas, 35,36% solteiras. O ensino fundamental foi o mais predominante, sendo 25,86% Fundamental incompleto e 10,84% Fundamental completo. 65,59% delas chegaram até o CRAM por meio de busca ativa realizada pelo serviço. No que se refere aos dados encontrados sobre a violência, 97% dos autores eram conhecidos, sendo que em 79,26% destes eram parceiros ou ex-parceiros, a violência isolada mais evidenciada foi a psicológica (19,77%) e associadas foram a física e psicológica concomitantes (15,78%). Em 93,16% das violências ocorreram na residência da vítima. 64,07% mulheres realizaram Boletim de Ocorrência e 24,9% tiveram Medida Protetiva expedida. Após serem atendidas no CRAM, 43,16% delas foram encaminhadas para outros serviços da rede de enfrentamento à violência.

**Palavra-chave:** violência, violência contra a mulher, pandemia.

**ABSTRACT**

This is a quantitative research, conducted with data from 526 women, aiming to know the profile of women victims of domestic violence and those assisted in a Reference Center for Attendance to Women in Situations of Violence (CRAM), from a city in the central region of the state of Paraná, during the first year of the pandemic by Covid-19. Data were collected from July to August 2021, from the local database, using a structured instrument. Analysis was by descriptive statistics. The results showed that young women were more present, 27.19% between 18 and 29 years and 24.33% between 30 and 39 years. 39.35% were white, 35.36% single. Elementary school was the most predominant, with 25.86% being incomplete elementary school and 10.84% complete elementary school. 65.59% of them arrived at CRAM through an active search carried out by the service. Regarding the data found on violence, 97% of the perpetrators were known, and 79.26% of these were partners or ex-partners. The most evident isolated violence was psychological (19.77%) and concomitant physical and psychological (15.78%). In 93.16% of the violence occurred in the residence of the victim. 64.07% of the women filed a police report and 24.9% had a protective measure issued. After being assisted at CRAM, 43.16% of them were referred to other services of the network to deal with violence.

**Keywords:** violence, violence against women, pandemic.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher (VCM) baseia-se no uso da força física, mental ou intelectual com o objetivo de impor, restringir ou obrigar a mulher a fazer algo contra a sua vontade, privando a mesma de sua liberdade, por meio de palavras, ameaças, uso da força para espancar ou machucar fisicamente. A VCM é considerada como uma violação dos direitos humanos (TELES; MELO, 2017).

Existe no Brasil a Lei Maria da Penha (LEI Nº 11.340/2006, art.5º e art.7º), que foi implementada em 2006, na qual segundo ela, configura-se como violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, no âmbito da família, em qualquer relação íntima de afeto. São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras: a violência física, a violência psicológica, a violência sexual, a violência patrimonial e a violência moral (BRASIL, 2006).

A violência contra as mulheres tem raízes pautadas nas relações de gênero socialmente estabelecidas e se relaciona à condição hierárquica de poder que estimula a desigualdade entre homens e mulher, legitimando a opressão e afetando a qualidade de vida delas (OLIVEIRA; FONSECA, 2014). Sua presença é percebida de diferentes formas considerando-se os diferentes contextos sociais, econômicos e culturais, nos quais as mulheres estão inseridas.

O contexto da pandemia pelo novo coronavírus faz emergir um outro perigo mortal para as mulheres, o da violência doméstica. Medidas como a de isolamento social foram adotadas para tentar frear o avanço da doença, levando bilhões de pessoas ao redor do mundo a se abrigarem em casa para conter a infecção. Muitas famílias foram obrigadas a mudar a rotina e conviver por mais tempo dentro de casa, fazendo com que as mulheres em situação de violência tivessem que coexistir continuamente com seus agressores, fato que as expõe ainda mais à violência (ONU BRASIL, 2020).

Apesar das evidências de que a VCM aumentou durante o isolamento social serem ainda iniciais, esta realidade vem sendo intensamente mencionada pelas mídias e muitas organizações internacionais já divulgaram que os números são crescentes no contexto da pandemia (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020). Neste sentido, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020), houve um aumento de 22,2% no número de feminicídios em comparação com o ano de 2019 entre os meses de abril e março. Evidencia-se também um crescimento de 27% em relação às denúncias feitas através do

ligue-180, canal onde as mulheres podem realizar denúncias de violência doméstica (BRASIL, 2020a).

A VCM é vista como um problema de saúde pública, pois segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), pode impactar na saúde física e emocional das vítimas, levando a problemas físicos, sexuais, reprodutivos e mentais e também algumas doenças sexualmente transmissíveis como HIV e a gravidez não planejada (OPAS, 2020), além de, também, levar ao desenvolvimento de depressão, estresse pós-traumático, transtornos alimentares e de sono, dores nas costas e abdominal, cefaleia constante, fibromialgia, distúrbios gastrointestinais, entre outras complicações de saúde (OPAS, 2017). Diante disso, é um dever dos órgãos públicos se posicionarem e adotarem medidas cabíveis para conter a violência e acolher as vítimas, disponibilizando o cuidado, apoio e proteção demandados por elas.

Sendo assim, esse estudo visa evidenciar os números da violência contra a mulher em situação de isolamento social no período de pandemia pela COVID-19 a fim de contribuir para a elaboração de medidas de atendimento das mulheres vítimas e de prevenção da violência doméstica.

## **2 OBJETIVO**

Conhecer o perfil de mulheres vítimas de violência doméstica e dos atendimentos realizados em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), de um município da região central do estado do Paraná, durante o primeiro ano da pandemia pela Covid-19.

## **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa quantitativa. A pesquisa quantitativa é quando se tem a coleta e análise de dados sobre variáveis. Este tipo de pesquisa é capaz de verificar a origem das realidades, suas relações e sua estrutura dinâmica (ESPERÓN, 2017).

A pesquisa foi realizada em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CRAM de um município da região central do estado do Paraná, no qual são atendidas mulheres vítimas de violência.

O CRAM é um espaço destinado a prestar acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, proporcionando atendimento psicológico e social e orientação e encaminhamentos jurídicos necessários à superação da situação de violência, contribuindo para o fortalecimento da mulher. O trabalho é desenvolvido por

meio da atuação articulada com instituições governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendi

A coleta de dados foi realizada no período de julho a agosto de 2021, com auxílio de um instrumento estruturado elaborado pelas pesquisadoras, considerando-se as variáveis disponíveis para consulta. Foi realizada uma busca junto a planilha de dados dos prontuários das mulheres. Foram incluídos na pesquisa prontuários de mulheres atendidas no período de janeiro a dezembro de 2020, em razão de terem sofrido violência, totalizando 526 mulheres. Foram excluídos 120 prontuários de mulheres que, mesmo após busca ativa, não foram localizadas, razão pela qual as informações não constavam no prontuário.

Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2010, formando um banco de dados. A análise estatística foi desenvolvida baseando-se em frequências absolutas e relativas, com auxílio do software Epi-info.

Esta pesquisa integra o projeto de pesquisa intitulado “Implicações da violência doméstica na vida e saúde de mulheres vítimas em tempos de Pandemia”, submetida à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, tendo sido aprovada sob o parecer número: 4.533.777 de dezembro de 2020.

A pesquisa foi desenvolvida em consonância ao preconizado pela Resolução 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para o desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Em relação aos aspectos éticos, por se tratar de pesquisa documental, o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE não foi aplicado, todavia, o anonimato das participantes foi mantido.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No decorrer do ano de 2020, foi identificado o atendimento de 526 casos novos de mulheres/usuárias no CRAM. Ao comparar esse dado com um levantamento realizado nesse local no ano de 2018, identificou que foram realizados 329 atendimentos de novas usuárias no ano de 2020.

Tabela 1 – Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto a faixa etária, cor/etnia, religião e estado civil. Paraná, 2021.

<b>Faixa etária</b>	N	%
< 18 anos	7	1,33
De 18 a 29 anos	143	27,19
De 30 a 39 anos	128	24,33
De 40 a 49 anos	90	17,11
De 50 a 59 anos	59	11,22
60 e + anos	34	6,46
Não informado	65	12,36
<b>Raça/Cor</b>		
Branca	207	39,35
Parda	151	28,71
Preta	29	5,51
Amarela	3	5,51
Indígena	1	0,19
Não informado	135	25,67
<b>Religião</b>		
Católica	78	14,83
Evangélica	38	7,22
Não tem uma Religião	5	0,95
Umbanda	3	0,57
Mórmons	1	0,19
Espírita	1	0,19
Cristã	1	0,19
Não informado	399	75,86
<b>Estado Civil</b>		
Solteira	186	35,36
Casada	105	19,96
União Consensual	95	18,06
Separada	24	4,56
Viúva	23	4,37
Divorciada	13	2,47
Não informado	80	15,21
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>100</b>

Fonte: As autoras

Conforme exposto na tabela acima, ao analisar o perfil das 526 mulheres vítimas de violência atendidas pelo CRAM durante o primeiro ano da pandemia, identificou-se que as mulheres jovens foram mais presentes, sendo que 27,19% encontravam-se na faixa etária de 18 a 29 anos e outras 24,33% na faixa de 30 a 39 anos. Já com menor prevalência temos mulheres com menos de 18 anos (1,33%). Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, identificou-se também um perfil com faixa etária entre 16 e 24 anos prevalente (35,2%) e entre mulheres de 35 a 34 anos com 28,6% (BRASIL, 2021). Em anos anteriores, percebe-se o mesmo índice através do Mapa da Violência contra as Mulheres (2018) que nos mostra que 83,7% estava entre 18 e 59 anos de idade, sendo que a margem que a maior prevalência das vítimas é entre 24 e 36 anos (BRASIL, 2018).

No que se refere à Raça/Cor, em primeiro lugar temos a cor branca com 39,35%, seguida pela cor parda (28,71%), preta (5,51%), amarela (5,51%) e etnia indígena com 0,19%. Em 25,67% dos casos esta informação não foi encontrada. Encontrou-se também a prevalência de violência contra mulheres brancas em um estudo realizado na cidade de Maringá, mostrando um total de 71,1% das vítimas e 28,9% se consideravam de outra Raça/Cor (FERREIRA, 2020). Em contrapartida, em um estudo ecológico, de caráter exploratório-descritivo, foi observado que a autodeclaração branca está em segundo lugar com 17,08%, em primeiro lugar encontram-se as mulheres pardas com 66,01% (PESTANA, 2021).

Em relação a religião, na maioria dos casos (75,86%) esta informação não foi encontrada no banco de dados. Entre as que constavam esta informação, 4,83% eram católicas e 7,22% evangélicas. A religião Católica também esteve em evidência com 15,3% dos casos em um estudo de revisão integrativa (DIAS; PRATES; CREMONESE, 2021).

No tocante estado civil, 35,36% encontravam-se solteiras no ato do atendimento, 19,96% eram casadas, 18,06% viviam em união consensual, 4,56% indicaram que eram separadas, 4,37% viúvas, 2,47% divorciadas e 15,21% a informação não estava presente. Conforme Sales (2019), 54,7% eram solteiras, 36,69% eram casadas e 8,61% eram divorciadas, viúvas ou separadas. A prevalência de vítimas de violência que se declaram solteiras também foi prevalente em um estudo realizado na cidade de São Luiz no Maranhão (BEZERRA; RODRIGUES, 2021).

Tabela 2 - Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto à escolaridade, ao trabalho e à habitação. Paraná, 2021.

<b>Escolaridade</b>	N	%
Analfabeta	20	3,80
Ensino fundamental incompleto	136	25,86
Ensino fundamental completo	57	10,84
Ensino Médio - incompleto	34	6,46
Ensino Médio - completo	75	14,26
Ensino Superior - incompleto	26	4,94
Ensino Superior - completo	37	7,03
Pós-graduação	7	1,33
Não informado	134	25,48
<b>Trabalho remunerado</b>		
Não	227	43,16
Sim	218	41,44
Não informado	81	15,40
<b>Renda mensal própria</b>		
Não tem renda própria	225	42,78

Menos de R\$261,25	4	0,76
De R\$261,25 a R\$522	11	2,09
De R\$522,50 a R\$1.044,00	28	5,32
De R\$ 1.045,01 a R\$ 1.567,50	28	5,32
De R\$ 1.567,50 a R\$ 3.135,00	24	4,56
De R\$3.135,00 a R\$5.225,05	6	1,14
Não informado	200	38,02
<b>Profissão/ocupação</b>		
Do lar	316	60,08
Empregada doméstica / diarista	58	11,03
Comércio	50	9,51
Autônoma	45	8,56
Trabalhadora da educação	12	2,28
Servidora Pública	11	2,09
Trabalhadora da saúde	7	1,33
Trabalhadora da Indústria	7	1,33
Trabalhadora de empresa	6	1,14
Cuidadora	5	0,95
Agricultura	3	0,57
Não informado	6	1,14
<b>Situação Habitacional</b>		
Própria	188	35,74
Cedida	103	19,58
Alugada	97	18,44
Financiada	4	0,76
Casa de Apoio	2	0,38
Em situação de rua	1	0,19
Não informado	131	24,90
TOTAL	526	100

Fonte: As autoras

De acordo com o contido na tabela 2, sobre a escolaridade, observou-se mulheres de diversos níveis de escolaridades foram vítimas de violência e procuraram atendimento no CRAM durante o primeiro ano da pandemia, porém que o maior percentual delas tinha o ensino fundamental, sendo 25,86% Fundamental incompleto e 10,84% Fundamental completo. Na outra extremidade tem-se destaque para os menores percentuais da escolaridade, sendo que 1,33% das mulheres possuíam pós-graduação. Vale destacar que 3,8% delas eram analfabetas. Em um estudo realizado nas cidades de Patos, Campina Grande, Cajazeiras e João Pessoa observa-se que 78,1%, 73%, 71,4% e 65,9%, em ordem respectiva, das mulheres não concluíram o ensino básico (SANTIAGO, 2021). A baixa escolaridade também foi evidenciada em 50% dos casos em uma revisão integrativa (DIAS; PRATES; CREMONESE, 2021).

Em relação ao trabalho, 41,44% exerciam algum trabalho formal ou informal, das quais 11,03% eram empregadas domésticas ou diaristas, 9,51% eram comerciárias, 8,56% autônomas, 60,08% eram do lar.

Sobre a renda, 42,78% das participantes não possuíam renda própria. Entre as que tinham, em 5,32% dos casos a renda era de R\$522,50 a R\$1.044,00, outras 5,32% tinham renda de R\$ 1.045,01 a R\$ 1.567,50. No outro extremo, em 0,76% das mulheres possuíam uma renda menor de R\$261,25. Importante destacar que em 38,02% dos casos esta informação não foi encontrada.

A pesquisa aponta que 35,74% possuíam casa própria, 19,58% residência cedida, 18,44% alugada, 0,76% própria, mas financiada. Outras 0,38% moravam em casa de apoio e 0,19%, ou seja, uma mulher vivia em situação de rua.

Segundo estudos realizados por Santiago (2021), mais da metade das mulheres não exerciam atividades (Patos (80%), João Pessoa (57%) e Campina Grande (51,7%). Em relação a renda mensal, o mesmo estudo nos mostra que, de forma dominante, as famílias sobrevivem com até dois salários mínimos (Cajazeiras, 56,3%; Campina Grande, 65,5%; João Pessoa, 35,7%) e até um salário mínimo (Patos, 48%). Em um segundo estudo citado pelas autoras Dias, Prates e Cremonese (2021) 50% das mulheres vítimas de violência viviam em situação de baixa condição socioeconômica.

Tabela 3 - Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto ao auxílio emergencial e outros benefícios. Paraná, 2021.

<b>Auxílio Emergência</b>	N	%
Não informado	297	56,46
Não	121	23
Sim	108	20,53
<b>Outros benefícios</b>		
Não recebe	146	27,76
Bolsa Família	78	14,83
BPC	19	3,61
Pensão	16	3,04
Aposentadoria	4	0,76
Auxílio doença	3	0,57
Seguro Desemprego	3	0,57
Outros	5	0,95
Não informado	252	47,91
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>100</b>

Fonte: As autoras

É sabido que uma das medidas adotadas para o enfrentamento da crise financeira vivida pelas famílias durante a pandemia da covid-19 é o auxílio emergencial. Sobre isso, conforme exposto na tabela acima, observou-se que 20,53% das mulheres relataram receber o auxílio emergencial. Em 56,46% dos casos esta informação não constava e isso pode ser em razão deste benefício não ser ofertado desde o início do ano de 2020, razão

pela qual a informação não constava nos atendimentos realizados nos meses iniciais da pandemia.

Em relação a outros, 14,83% recebiam Bolsa Família, 3,61% recebiam BPC (benefício de prestação continuada), 3,04% pensão, 0,76% aposentadoria, 0,57% auxílio doença e seguro desemprego respectivamente, 0,95% tinham outros benefícios.

As mulheres são as mais afetadas pela pandemia, especialmente as pertencentes às camadas sociais mais pobres, acentuando a desigualdade de gênero perpetuada no Brasil. Assim, segundo Cardoso (2020) O Auxílio Emergencial configurou-se como a medida mais importante do poder público para minimizar os efeitos econômicos causados pela pandemia COVID-19 junto às camadas socialmente mais vulneráveis da população Brasileira.

Tabela 4 - Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto ao número de filhos e gestação. Paraná, 2021.

<b>Filhos</b>	N	%
Não tem filhos	43	8,17%
1 filho	114	21,67%
2 filhos	117	22,24%
3 filhos	90	17,11%
4 ou mais filhos	81	15,40%
Não informado	81	15,40%
<b>Gestante</b>		
Não	334	63,50%
Sim	26	4,94%
Não informado	166	31,56%
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>100</b>

Fonte: As autoras

Sobre o número de filhos, a tabela acima evidencia que 76,42% das mulheres possuíam de um a quatro ou mais filhos e outras 8,17% não tinham filhos. Entre as com filhos, 22,24% tinham dois filhos e 21,67% tinham um filho.

Sobre estar grávida no momento do atendimento, 4,6%, ou seja, 26 mulheres eram gestantes no momento que sofreram violência e procuraram assistência junto ao CRAM. Todavia, esta informação não estava presente em 31,56% dos casos.

Segundo Dias, Prates e Cremonese (2021), 30,7% eram mães ou estavam grávidas no momento em que ocorreu a violência. A prevalência da maternidade é vista também no estudo de Bezerra e Rodrigues (2021) onde o mesmo observou em seu estudo que a maioria das mulheres possuem um ou dois filhos.

Tabela 5 - Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto a forma como chegou ao serviço e de atendimento. Paraná, 2021.

Como chegou ao CRAM	N	%
Busca Ativa	345	65,59
Encaminhada	89	16,92
Espontânea	67	12,74
Não informado	25	4,75
<b>Formas de atendimento durante a pandemia</b>		
Remoto	198	37,64
Visita Domiciliar	128	24,33
Presencial CRAM	118	22,43
Remoto e presencial	59	11,22
Domiciliar e presencial	15	2,85
Remoto, presencial e domiciliar	8	1,52
TOTAL	526	100

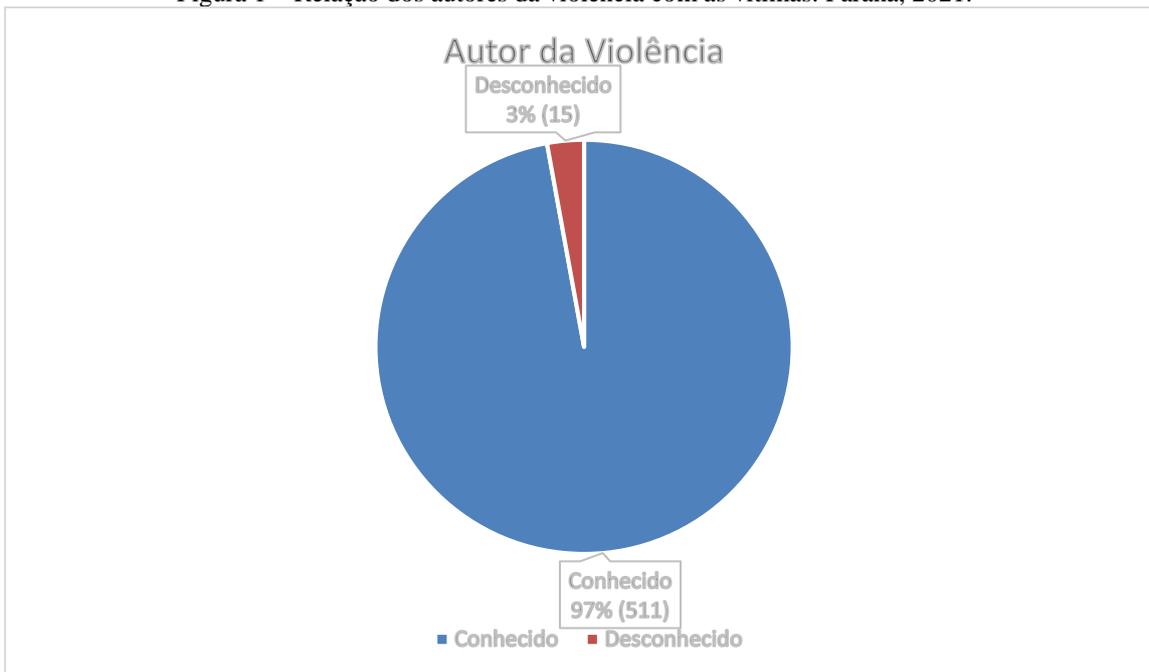
Fonte: As autoras

A pesquisa evidenciou que 65,59% das mulheres chegaram até o CRAM por meio de busca ativa realizada pelo próprio serviço. Outras 16,92% foram encaminhadas. Os serviços de Assistência social como CRAS E CREAS foram a que mais encaminhou (Assistência Social 4,56%, Segurança Pública 4,37%, Serviços de Saúde 3,61%, Judiciário 1,14%, Setor de Educação 0,95%, outros serviços 2,28%).

A busca ativa é uma atividade que visa reconhecer a ocorrência de um determinado evento, seja ele em uma residência, bairro ou em um aspecto mais ampliado (BRASIL, 2010). A realização dessa atividade é uma prática efetiva no âmbito da violência contra a mulher pois permite a intervenção e prevenção de novos casos (LIMA, *et.al.*, 2020).

As formas de atendimento se dividiram em Remoto (37,64%), Domiciliar (24,33%), Presencial (22,43%), Remoto e presencial (11,22%), Domiciliar e presencial (2,85%) e Remoto, presencial e domiciliar (1,52%). Segundo Fornari *et.al.* (2021) em seu estudo, encontrou-se também a modalidade de atendimento remoto durante a pandemia para o enfrentamento da violência, além do atendimento presencial com horário estendido.

Figura 1 – Relação dos autores da violência com as vítimas. Paraná, 2021.

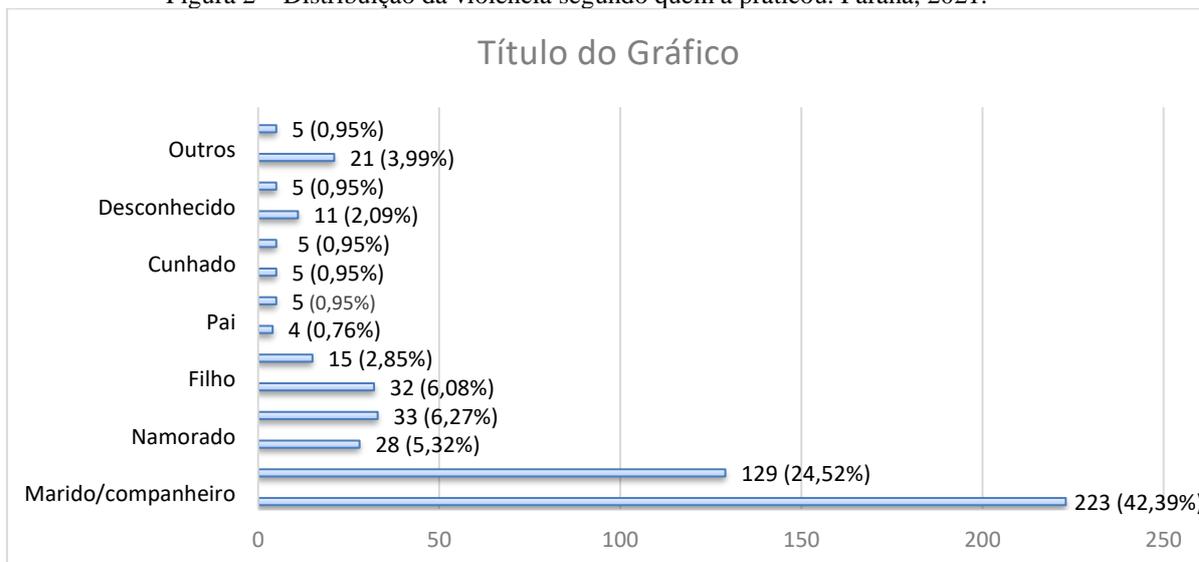


Fonte: as autoras

No que se refere ao autor da violência, a partir do exposto no gráfico acima pode-se visualizar que, a maioria das mulheres (511 ou 97%) foram violentadas por uma pessoa conhecida e apenas 3% delas foram vítimas de autores desconhecidos.

Conforme é elucidado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), 72,8% dos casos de violência contra a mulher são praticados por uma pessoa conhecida (BRASIL, 2021).

Figura 2 – Distribuição da violência segundo quem a praticou. Paraná, 2021.



Fonte: As autoras

O gráfico acima evidencia que os parceiros ou ex-parceiros íntimos foram majoritariamente os que mais praticaram a violência contra as mulheres que procuraram atendimento junto ao CRAM durante pandemia, totalizando 79,26% do total dos casos. O marido ou companheiro com quem a mulher mantinha uma relação estável foram os que isoladamente mais perpetraram a violência (42,39%). Esta realidade revela que a violência mais sofrida pelas mulheres foi a doméstica e que as pessoas do convívio que deveriam contribuir para a sua segurança foram as que mais a praticaram.

Conforme o Mapa da Violência contra a mulher (2018), os principais autores da violência são os atuais companheiros ou ex-companheiros, correspondendo a 58% dos casos (BRASIL, 2018). De forma congruente, tem-se a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), que nos mostra que 25,4% dos executores da violência são os cônjuges, companheiros e namorados, já 18,1% são os ex-cônjuges, ex-companheiros e ex-namorados (BRASIL, 2021).

Tabela 6 - Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto ao tipo e local onde a violência ocorreu. Paraná, 2021.

<b>Tipo de violência</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Psicológica	104	19,77
Física, Psicológica	83	15,78
Física	72	13,69
Física, Psicológica, Moral	60	11,41
Outros	51	9,70
Física, Psicológica, Moral, Patrimonial	43	8,17
Psicológica, Moral	26	4,94
Física, Psicológica, Patrimonial	24	4,56
Psicológica, Patrimonial	20	3,80
Psicológica, Moral, Patrimonial	16	3,04
Física, Sexual, Psicológica, Moral, Patrimonial	15	2,85
Física, Sexual, Psicológica	12	2,28
<b>Local onde ocorreu a violência</b>		
Residência	490	93,16
Via pública	18	3,42
Local de Trabalho	3	0,57
Institucional	2	0,38
Espaços virtuais	1	0,19
Não informado	12	2,28
<b>Frequência da violência</b>		
Contínua	316	60,08
Circunstancial	124	23,57
Não informado	86	16,35
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>100</b>

Fonte: As autoras

As mulheres sofreram todos os tipos de violência, tanto de forma isolada ou combinada. De forma isolada, a violência mais evidenciada foi a psicológica com

19,77%, seguida por violência física 13,69%. Já em relação às combinações das formas de violência, a física e a psicológica foram as mais citadas, com 15,78%. Como podemos observar, no estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) a violência verbal em forma de insultos e xingamentos foi encontrada com prevalência (21,8%) em relação às mulheres que sofreram agressões físicas (16,5%). Já em um segundo estudo, temos a violência psicológica em segundo lugar (40,34%), e em primeiro lugar a violência física (53,33%) (PESTANA, 2021).

Em relação ao local de ocorrência da violência, observou-se que 93,16% das ocorrências foram na residência da vítima. Os demais foram a rua (3,42%), local de trabalho (0,57%), Institucional (0,38%) e em espaços virtuais (0,19%), o que torna claro que o contexto doméstico é o mais inseguro para as mulheres, situação que pode ter se agravado em face à pandemia.

No que diz respeito ao local da violência, o âmbito doméstico continuou sendo o mais perigoso para as mulheres, no ano de 2018 foram denunciados 14.796 casos de violência doméstica (BRASIL, 2018). Outro estudo nos traz também que durante a pandemia pela covid-19 houve 48,8% de casos de violência dentro da residência, 19,9% dos casos ocorreram na rua e 9,4% no ambiente de trabalho (BRASIL, 2021).

A frequência da violência se apresenta de duas formas no estudo, uma delas é a forma continuada com um total de 60,08%, na qual a mulher sofreu episódios repetitivos de violência ao longo do tempo. A outra forma foi a circunstancial, com 23,57%, na qual a vítima sofreu um episódio isolado de violência. Esta realidade evidencia que para a maioria das mulheres a violência é uma condição crônica com a qual ela convive cotidianamente. Segundo Sales (2019), 106 mulheres que participaram do estudo sofreram violência entre um a todos os dias na semana, e 502 sofreram violência mais de uma vez.

Tabela 7- Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto ao boletim de ocorrência, medida protetiva e avaliação de risco. Paraná, 2021.

<b>Boletim de Ocorrência</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Sim	337	64,07
Não	133	25,29
Não informado	56	10,65
<b>Medida protetiva</b>		
Não	264	50,19
Sim	131	24,90
Não informado	131	24,90
<b>Gravidade da violência - FRIDA</b>		
Risco Elevado	43	8,17
Risco Médio	35	6,65

Risco baixo	8	1,52
Não realizado	440	83,66
<b>Acolhimento em casa abrigo</b>		
Não	510	96,96
Sim	4	0,76
Necessitou mas recusou	12	2,28
TOTAL	526	100

Fonte: As autoras

A tabela acima revela que mais da metade delas registrou um Boletim de Ocorrência (64,07%) contra seu agressor. Já, em relação à Medida Protetiva, apenas 24,90% das mulheres possuíam medida protetiva o autor da violência. No estudo de Sousa e Cunha (2017), as autoras enfatizam a importância da Medida protetiva, pois ela é um instrumento que possibilita a intervenção rápida da violência e assegura a segurança da vítima. Segundo o Fórum de Segurança Pública (2020) houve uma redução na liberação de medidas protetivas no primeiro semestre (BRASIL, 2020b).

Em relação à avaliação da gravidade da violência, o CRAM utiliza o questionário FRIDA para avaliá-la, tendo sido aplicado em apenas 16,34% dos casos. Após a aplicação do questionário FRIDA obteve-se os seguintes resultados: 8,17% das mulheres apresentaram risco elevado, 6,65% risco médio e apenas 1,52% apresentaram risco baixo. O relatório FRIDA é um instrumento projetado para avaliar o risco e a gravidade da violência na situação em que a mulher se apresenta e é utilizado como uma forma de proteção à vítima através da identificação dos fatores de risco em que a mesma se encontra (BRASIL, 2019b).

A respeito da necessidade de proteção às vítimas em face ao risco eminente de violência grave ou de morte, observou-se que 4 mulheres (2,28%) apresentaram a necessidade de acolhimento e foram encaminhadas a uma casa abrigo para vítimas de violência. Porém, a partir da avaliação do risco feita pelos profissionais do CRAM, outras 8 mulheres (2,28%) também necessitavam de acolhimento temporário para maior proteção, porém as mesmas recusaram.

A disponibilização de casa abrigo é de extrema importância frente a uma situação de violência onde a mulher se encontra entre “a vida e a morte”. É um programa de política pública que promove a assistência, o combate e a prevenção da violência. Ela possibilita a retirada da vítima e seus filhos (se houver) do local, dando a oportunidade para um recomeço (SILVEIRA, 2006).

Tabela 8- Perfil das mulheres vítimas de violência atendidas no CRAM quanto aos encaminhamentos realizados pelo CRAM. Paraná, 2021.

<b>Encaminhamento aos serviços</b>	N	%
Delegacia da Mulher	46	8,75
CRAS/CREAS	39	7,41
NUMAPE	36	6,84
Serviços de Saúde	7	1,33
Agência do trabalhador	5	0,95
Conselho Tutelar	4	0,76
Defensoria pública	4	0,76
Universidade/Faculdades	3	0,57
Delegacia da Mulher, NUMAPE	17	3,23
CRAS/CREAS, Conselho Tutelar	4	0,76
Delegacia da Mulher, Secretaria de Saúde	3	0,57
Outros	59	11,22
Não encaminhadas	299	56,84
<b>Atendimentos no CRAM</b>		
Social	276	52,47
Social, Jurídico	92	17,49
Social, Jurídico, Psicológico	70	13,31
Social, Psicológico	46	8,75
Jurídico	14	2,66
Jurídico, Psicológico	14	2,66
Psicológico	14	2,66
<b>TOTAL</b>	<b>526</b>	<b>100</b>

Fonte: As autoras

Após as vítimas serem atendidas no CRAM, dependendo das suas necessidades, elas podem ser encaminhadas para outros serviços que compõem a rede de atenção e enfrentamento à violência. Segundo o contido na tabela acima 56,84% das mulheres foram atendidas apenas pela equipe do CRAM, não necessitando serem referenciadas para outros serviços. Entre as que apresentaram a necessidade de outros atendimentos, os serviços que mais se destacaram foram Delegacia da Mulher (8,75%), CRAS/CREAS (7,41%) e NUMAPE (6,84%). Destaca-se que apenas 1,33% foram encaminhadas aos serviços de saúde.

Existe uma política chamada Política Nacional de Enfrentamento da violência contra a mulher, ela preconiza um trabalho articulado entre serviços governamentais e não-governamentais, além de tem como objetivo otimizar a qualidade do serviço de enfrentamento à violência (BRASIL, 2011).

Sobre os atendimentos realizados pelas mulheres no próprio CRAM, salienta-se que o mesmo oferece três tipos de serviços, sendo de Assistência Social, Jurídico e Psicológico. Assim, o mais utilizado foi o serviço social com 52,47%, em segundo lugar

foi a combinação dos serviços Social e Jurídico com 17,49% e em terceiro lugar foi a junção dos três serviços Social, Jurídico e Psicológico com 13,31%. Destaca-se que o atendimento à mulher pode ser feito por um profissional isolado ou por mais de um em conjunto, conforme as necessidades apresentadas pela mulher. Os serviços ofertados por essa instituição são gratuitos e disponibilizados a todas as mulheres vítimas da violência que necessitam de um suporte tanto social como jurídico e psicológico.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo conhecer o perfil de mulheres vítimas de violência doméstica e dos atendimentos em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), de um município da região central do estado do Paraná, durante o primeiro ano da pandemia pela Covid-19.

Conclui-se que durante a pandemia da Covid-19 houve um aumento perceptível de casos de violência contra a mulher, tanto no âmbito doméstico como em outros espaços frequentados por elas. Durante o ano de 2020 foram atendidas 526 mulheres, número maior dos 329 casos encontrados no último levantamento feito pelo CRAM em 2018 que chegaram ao serviço, em sua maioria, por meio de busca ativa realizada pela equipe do CRAM.

No que se refere ao perfil das vítimas, prevaleceram mulheres jovens, brancas, solteiras, mães com um ou mais filhos, do lar, sem renda mensal própria e com baixa escolaridade. Já em relação ao perfil da violência observou-se que os principais autores foram pessoas conhecidas, principalmente parceiros ou ex-parceiros íntimos. A principal violência sofrida foi a psicológica de forma isolada e a psicológica e física de forma conjunta, cometidas dentro da residência e de forma continuada, caracterizando-a como violência doméstica conjugal e crônica. Na aplicação do formulário FRIDA, percebeu-se que mais da metade das vítimas (83,66%) não receberam a avaliação, das que receberam, 8,17% se encaixaram no percentual de alto risco, sendo elas a maior prevalência.

Em relação a proteção das mulheres, percebe-se um grande número de boletins de ocorrência realizados, mas em contrapartida uma diminuição nas medidas protetivas concedidas, observou-se também que a maior parte das mulheres que necessitaram de proteção em casa abrigo recusaram a mesma.

No atendimento dentro do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, todas as mulheres utilizaram ao menos um dos serviços prestados e as que necessitaram de outros serviços foram encaminhadas para os mesmos.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, A. R.; RODRIGUES, Z. M. R. . Violência contra mulheres: o perfil da vítima e do agressor em São Luís, MA. **Revista do Departamento de Geografia**. [S. l.], v. 41, n. 1. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Mapa da violência contra a mulher. **Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**. 2018. Brasília. DF, 2018.
- BRASIL. Relatório da pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2<sup>a</sup> ed., 2019<sup>a</sup>.
- BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. Formulário de avaliação de risco FRIDA: um instrumento para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. **Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais**. ed 1<sup>a</sup>, Brasília-DF, 2019b.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Institui o Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 2006, p. 1-11, 7 ago. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Pesquisa com seres humanos. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Doenças Infecciosas e Parasitárias – guia de bolso – 8<sup>a</sup> edição revista, Brasília, 2010.
- BRASIL. Nota Técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. **Fórum de Segurança Pública**. ed. 2, pg 2, 2020a
- BRASIL. Nota Técnica. Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19. **Fórum de Segurança Pública**. ed. 3, pg 8, 2020b
- BRASIL. Relatório da pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 3<sup>a</sup> ed., 2021.
- CARDOSO, B. B. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social. **Rev. Adm. Pública**. V.54, N.4 Jul-Aug. 2020.,
- DIAS, L. B.; PRATES, L. A.; CREMONESE L. Perfil, Fatores de Risco e Prevalência da Violência Contra a Mulher. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**. v. 20, n. 1, 2021.
- ESPERÓN, J. M. T. Pesquisa quantitativa na ciência da enfermagem. **Escola Anna Nery**. v. 21, n. 1, 2017.
- FERREIRA, P. C. et al. Caracterização dos casos de violência contra mulheres. **Rev. enferm. UFPE on line**. p. 1-6. 2020.
- FORNARI, L. F., et al. Violência doméstica contra a mulher na pandemia: objetivo de enfrentamento divulgadas pelas mídias digitais. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 74. 2021.

LIMA, J. C .V. et al. Rastreo e encaminhamento de casos de violência contra a mulher por enfermeiras na estratégia saúde da família. **Cogitare Enfermagem**, v. 25. 2020.

OLIVEIRA, R. N. G.; FONSECA, R. M. G. S. A violência como objeto de pesquisa e intervenção no campo da saúde: uma análise a partir da produção do Grupo de Pesquisa Gênero, Saúde e Enfermagem. *Rev Esc Enferm USP*. V. 48 (Esp 2), 2014.

ONU BRASIL. Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85477-artigo-violencia-contra-mulheres-e-meninas-e-pandemia-das-sombras>. Acesso em: 24/11/22.

OPAS/OMS. COVID-19 e a violência contra a mulher: O que o setor/sistema de saúde pode fazer. **Organização Pan-Americana da Saúde**, Folha informativa. 2020.

OPAS/OMS. Violência contra as mulheres. **Organização Pan-Americana da Saúde**, Folha informativa. 2017.

PESTANA, J. T. S. et al. Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 6, p. 64290-64308. 2021.

SALES, I. B. A violência contra a mulher: análises sobre o perfil da vítima, o tipo e a frequência das agressões e de casos de reincidência. **Dissertação (Mestrado) - FEAAC/CAEN .Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza. 2019.

SANTIAGO, I. M .F. L. Violência de gênero entre usuárias do serviço de atenção básica do SUS na Paraíba. **Revista Katálysis**. v. 24, p. 386-396, 2021.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra as mulheres no Brasil (1980-2005). **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**. São Paulo. 2006.

SOUSA, R. C. B.; CUNHA, T. R. A. Medidas protetivas de urgência e as expectativas de segurança para mulheres em situação de violência doméstica. **Revista Binacional Brasil-Argentina**. v. 6, n. 2, p. 256-270, 2017.

TELES, M. A. A.; MELO, M. O que é violência contra a mulher. **Brasiliense**. v. 1. 2017.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, E. L. N. The increase in domestic violence during the social isolation: what does it reveals. **Rev Bras Epidemiol**. 2020.